



UM BRASIL DE ENDIVIDADOS



De acordo com dados divulgados pelo Serasa Experian, em julho, o número de pessoas com contas atrasadas bateu novo recorde no Brasil e 66,6 milhões de brasileiros estão inadimplentes. Este é o maior índice desde 2016. Observando por outro ângulo, a comparação do valor da cesta básica entre junho de 2022 e junho de 2021 mostrou que em todas as capitais houve alta de preços.

A quantidade de inadimplentes em alguns estados é: São Paulo, 15,6 milhões de negativados; Rio de Janeiro, 6,7 milhões; Minas Gerais, 6,3 milhões; Bahia, 4,1 milhões e Paraná, 3,5 milhões. São 44 milhões de brasileiros considerados superendividados, aqueles cujos endividamentos comprometem as condições mínimas para sua existência, pois cresce a inadimplência como resultado da inflação em alta, os juros em patamares elevados e o desemprego.

Devido à força do sistema financeiro, o superendividamento da população é um tema que não entra na pauta do debate público brasileiro. Ainda, o problema é grave e o sofrimento de suas vítimas é uma realidade que atormenta milhões de brasileiros.

Para piorar a situação, tramita no Senado o Projeto de Lei (PL 4188/2021), apresentado pelo governo Bolsonaro e já votado na Câmara, que, se aprovado em definitivo, permitirá aos bancos penhorar e se apropriar até mesmo do imóvel em que residem as famílias devedoras. Essa perversidade social tem forte efeito desestabilizador, e há quem analise que tal medida poderá fazer surgir no Brasil uma bolha imobiliária semelhante à que desencadeou a crise financeira de 2008, nos EUA.

Na visão do professor da Universidade de Brasília (UnB) e diretor do Instituto por Finanças Funcionais ao Desenvolvimento (IFFD), David Deccache, o fim do sufoco financeiro de dezenas de milhões de pessoas exige esforço financeiro do Estado. O estoque de dívidas precisa ser reduzido por meio de ação política. E ações políticas em favor do povo só ocorrem com pressão popular.

Sem luta por melhores condições de vida, de salário, pelo fim da carestia, por emprego, a realidade será a de aprofundamento do caos. Para mudar esta realidade precisamos derrubar Bolsonaro, eleger Lula e fortalecer a mobilização popular.

Correios: administração aprova aumento do próprio salário



Enquanto se recusa a negociar as reivindicações dos trabalhadores que estão em campanha salarial, o Conselho de Administração dos Correios deliberou, em maio, por meio de reunião on-line, pelo aumento da remuneração dos Membros Estatutários da Empresa (dirigentes e administradores), com vigência de junho deste ano à março de 2023.

O reajuste aprovado em seus próprios vencimentos foi de 9,91%, embasado em relatório do Sr. Floriano Peixoto Vieira Neto – Presidente dos Correios e membro do Conselho de Administração, cujo salário ultrapassa 46 mil reais, fora as gratificações. Já os trabalhadores da empresa estão tentando negociar o Acordo Coletivo de Trabalho em reuniões com a representação da empresa que, sob orientação do Governo Federal, vem sistematicamente ignorando a Pauta Nacional de Reivindicações da categoria. Além de propor um aprofundamento na retirada de direitos dos trabalhadores no atual Dissídio Coletivo, a direção da empresa se nega a ouvir e negociar com os representantes dos trabalhadores e trabalhadoras.

A destruição da Educação Pública paulista



Rodrigo Garcia(PSDB), o atual governador de São Paulo, que substituiu João Dória após sua fracassada tentativa de alçar a candidatura à presidência, é a continuidade da política nefasta de “Bolsodória” contra os professores. Garcia usa a recém aprovada Lei 1374, para mentir à imprensa sobre suposta valorização salarial da categoria. Na verdade, a lei transformou salários em subsídios e acabou com o direito à hora atividade em local de livre escolha, além de reduzir o valor de gratificações como as das escolas do projeto de ensino integral e a do trabalho noturno, entre outros ataques.

O estado de São Paulo não repassou aos docentes o reajuste de 33,24% do Piso Nacional da Educação de 2022. A maioria da categoria na ativa está sob contratação precarizada e foi obrigada, com o ano letivo em curso, a se enquadrar nas regras da nova lei.

É preciso lutar pela revogação de todas as leis que retiraram direitos; por condições de trabalho; por concurso público e uma carreira que valorize a trajetória do professor! Para isso, é importante eleger deputados comprometidos com os interesses da classe trabalhadora e organizar a luta nas ruas para exigir dos novos governantes esse compromisso.

Bolsonaro consegue aprovar mais uma MP contra os trabalhadores



Na última terça-feira (2), a Câmara dos Deputados aprovou a Medida Provisória (MP) nº 1109/22, que institui relações trabalhistas alternativas para vigorar durante estado de calamidade pública decretado em âmbito nacional, estadual ou municipal. Trata-se de mais uma medida de Bolsonaro cujo objetivo é retirar direitos dos trabalhadores. A MP vale para qualquer motivo em que seja decretada a calamidade, ou seja, uma tragédia ambiental, por exemplo, que penaliza por si só os trabalhadores, poderá ser pretexto para retirar garantias trabalhistas.

A MP também torna permanente o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (BEm), adotado durante a pandemia de coronavírus, para combater consequências de estado de calamidade pública. Além da suspensão temporária dos contratos, será possível a redução proporcional da jornada de trabalho e do salário. O Benefício Emergencial devido a cada trabalhador será calculado com base no valor que ele teria direito de seguro-desemprego.

Trata-se de mais um passo rumo à precarização do trabalho, flexibilização de direitos, terceirizações etc. Esta foi a promessa de campanha de Bolsonaro: ou se trabalha, ou se tem direitos!